ALQUIMIA TURISMO E EVENTOS LTDA
CNPJ 19.664.407/0001-41

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 20250003 - DPGE-CE
Processo SEI nº 25.0.00000229-4
UASG: 459775 | NÚMERO COMPRAS: 90003/2025

Alquimia Turismo e Eventos LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.664.407/0001-41, com sede na Rua Ataulfo Alves, nº 213, Bairro Roçado, São José/SC, neste ato representada por seu sócio-administrador, vem, respeitosamente, à presença da Comissão Permanente de Licitação, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **OPS - ORGANIZAÇÃO PROMOÇÃO E SERVIÇOS EM EVENTOS LTDA**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO INTERESSE

As presentes contrarrazões são tempestivamente apresentadas em observância ao prazo legal e à intimação regularmente encaminhada por meio do sistema Compras.gov.br, razão pela qual devem ser plenamente conhecidas e analisadas por esta Comissão, nos termos do art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021.

II – DO MÉRITO

DA PLENA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A proposta apresentada pela empresa Alquimia Turismo e Eventos LTDA, no valor de R\$

2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o item 8 (coffee break), é plenamente exequível, conforme já demonstrado documentalmente nos autos, inclusive com manifestação da própria Administração que, após diligência, acolheu a justificativa apresentada e manteve a empresa como habilitada e vencedora do certame.

A empresa Alquimia possui estrutura própria, equipe qualificada e ampla experiência na prestação de serviços de apoio a eventos, o que lhe permite otimização de custos e oferta de preços altamente competitivos, sem comprometer a qualidade exigida.

Importante destacar que, conforme art. 59, inciso I da Lei nº 14.133/2021, a análise de exequibilidade não se dá exclusivamente pelo valor numérico da proposta, mas pela capacidade técnica e econômica de execução do objeto. Neste ponto, a Alquimia comprovou, com documentação idônea, sua capacidade de execução, não havendo que se falar em inexequibilidade.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL

Ao contrário do que sustenta a recorrente, a Alquimia apresentou atestados de capacidade técnica que comprovam a execução de eventos compatíveis com o objeto licitado, em observância ao item 12.4 do Termo de Referência e ao item 15.7.4 do Edital. Os documentos juntados atendem, de forma suficiente, os critérios editalícios quanto:

- à complexidade do serviço,
- ao porte do evento,
- ao número mínimo de participantes,
- à abrangência dos serviços executados (alimentação, transmissão, equipe, equipamentos etc.).

Eventuais exigências formais — como apresentação de portfólio ou autenticação de assinaturas — não podem ser interpretadas de forma restritiva ou desproporcional, sob pena

de violação aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e, sobretudo, da vinculação ao interesse público, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração tem a prerrogativa de promover diligências com o intuito de suprir dúvidas quanto à documentação, conforme o art. 64 da referida lei, o que foi feito neste caso de forma transparente e republicana. A tentativa da recorrente de desqualificar os documentos apresentados configura nítido inconformismo com o resultado do certame, sem amparo legal.

DA AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA HABILITAÇÃO

A habilitação da empresa Alquimia ocorreu dentro dos parâmetros legais e editalícios, respeitando-se os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao edital, conforme preconizado pelo art. 5º, I a V da Lei nº 14.133/2021.

Não há, portanto, qualquer nulidade a ser reconhecida, pois:

- A proposta foi considerada exequível pela Administração;
- A documentação apresentada comprova a capacidade técnica exigida;
- Não houve omissão nem irregularidade por parte da licitante vencedora.

A desclassificação de uma proposta devidamente habilitada somente se justifica diante de vícios insanáveis, o que não se verifica no presente caso.

III – DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO JULGAMENTO OBJETIVO

Conforme art. 5º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve ser guiado pelo princípio do julgamento objetivo, que veda decisões baseadas em subjetivismos ou em critérios não previstos no edital.

A proposta da empresa Alquimia foi a mais vantajosa, dentro dos parâmetros estabelecidos e da análise técnica da Administração, não havendo fundamento legítimo para

desclassificação ou inabilitação posterior. O acolhimento do recurso da recorrente, nesse contexto, violaria o princípio da vinculação ao edital e à proposta vencedora, além de configurar retrocesso na economicidade e eficiência da contratação pública.

IV – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

- a) O não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa OPS - Organização Promoção e Serviços em Eventos LTDA;
- b) A manutenção da habilitação da empresa Alquimia Turismo e Eventos LTDA como vencedora do item 8 (coffee break) do certame em tela;
- c) O prosseguimento regular do procedimento licitatório, com adjudicação do objeto e posterior contratação, conforme previsão legal.

Termos em que,
Pede deferimento.

São José/SC, 22 de abril de 2025.

ALQUIMIA TURISMO E EVENTOS LTDA

RUDINEI RAMBO DE ANDRADE

CPF 020.900.799.08